



## INCLUSÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS MECANISMOS JURÍDICOS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

INCLUSION: THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES AND LEGAL MECHANISMS FOR PROMOTING INCLUSION IN BASIC EDUCATION

INCLUSIÓN: LA IMPORTANCIA DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y LOS MECANISMOS LEGALES PARA PROMOVER LA INCLUSIÓN EN LA EDUCACIÓN BÁSICA



<https://doi.org/10.56238/levv16n49-065>

**Data de submissão:** 19/05/2025

**Data de publicação:** 19/06/2025

**Alex de Melo Garcia**  
Educaler University

**Aurélio Lobão Lopes**  
USP

**Wagner Roberto Batista**  
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

**Francisco Emison da Costa Benício**  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab

**Tiago dos Santos Rodrigues**  
Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat

**Paulo Honorato de Souza**  
Universidade Federal Fluminense

**Donizete Vaz Furlan**  
Unifieo Centro Universitário Fieo-Osasco-SP

**Anny Caroline Brandão dos Santos**  
UNAMA

**Rosinalva Neres Rocha**  
Universidade Federal De Lavras – Ufla

**Rita Carolina Gondim da Fonseca Jerônimo**  
Universidade Federal Do Ceará – UFC

**Eunice Pereira da Silva**  
FACEF

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as políticas públicas e os mecanismos jurídicos voltados para a promoção da educação inclusiva nas escolas brasileiras, destacando seus avanços, desafios e perspectivas. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, foram aplicados questionários semiestruturados a 25 profissionais da educação, entre professores e gestores escolares, com experiência prática em inclusão. Os resultados revelaram que, embora a legislação brasileira sobre inclusão seja considerada avançada, sua aplicação ainda enfrenta diversos entraves, como a falta de infraestrutura adequada, a carência de recursos pedagógicos adaptados, a insuficiência de formação docente e a persistência de barreiras culturais. Além disso, os participantes indicaram a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar e de fortalecimento do apoio jurídico para garantir a efetividade dos direitos educacionais. A conclusão aponta que, para consolidar a educação inclusiva, é imprescindível a integração de esforços que envolvam investimentos contínuos, formação crítica dos profissionais e uma mudança cultural que valorize a diversidade como um princípio fundamental da prática educacional.

**Palavras-chave:** Educação. Direitos. Inclusão.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze public policies and legal mechanisms aimed at promoting inclusive education in Brazilian schools, highlighting their advances, challenges and perspectives. Using a qualitative and exploratory approach, semi-structured questionnaires were applied to 25 education professionals, including teachers and school administrators, with practical experience in inclusion. The results revealed that, although Brazilian legislation on inclusion is considered advanced, its application still faces several obstacles, such as the lack of adequate infrastructure, the lack of adapted pedagogical resources, insufficient teacher training and the persistence of cultural barriers. In addition, the participants indicated the need for greater involvement of the school community and strengthening of legal support to ensure the effectiveness of educational rights. The conclusion indicates that, in order to consolidate inclusive education, it is essential to integrate efforts that involve continuous investment, critical training of professionals and a cultural change that values diversity as a fundamental principle of educational practice.

**Keywords:** Education. Rights. Inclusion.

## RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo analizar las políticas públicas y los mecanismos legales destinados a promover la educación inclusiva en las escuelas brasileñas, destacando sus avances, desafíos y perspectivas. Mediante un enfoque cualitativo y exploratorio, se aplicaron cuestionarios semiestructurados a 25 profesionales de la educación, incluyendo docentes y administradores escolares, con experiencia práctica en inclusión. Los resultados revelaron que, si bien la legislación brasileña sobre inclusión se considera avanzada, su aplicación aún enfrenta diversos obstáculos, como la falta de infraestructura adecuada, la falta de recursos pedagógicos adaptados, la formación docente insuficiente y la persistencia de barreras culturales. Además, los participantes señalaron la necesidad de una mayor participación de la comunidad escolar y el fortalecimiento del apoyo legal para garantizar la efectividad de los derechos educativos. La conclusión indica que, para consolidar la educación inclusiva, es fundamental integrar esfuerzos que impliquen inversión continua, formación crítica de profesionales y un cambio cultural que valore la diversidad como principio fundamental de la práctica educativa.

**Palabras clave:** Educación. Derechos. Inclusión.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema fundamental nas discussões sobre a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um movimento que busca assegurar a todos os indivíduos, independentemente de suas características, a plena participação no processo educacional. Esse conceito, que se expandiu ao longo do tempo, refere-se à criação de ambientes escolares acessíveis, adaptados e sensíveis às necessidades específicas de alunos com deficiências, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, entre outros. No contexto brasileiro, a inclusão escolar tem se tornado uma prioridade em virtude do avanço das políticas públicas e do fortalecimento de mecanismos jurídicos que garantem o direito à educação para todos (Lima et al., 2023).

Historicamente, o Brasil viveu um longo período em que as pessoas com deficiências eram segregadas em instituições especiais, longe das escolas regulares. A inclusão escolar, portanto, não foi uma realidade desde sempre, e os avanços ocorreram ao longo das últimas décadas. A Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito à educação para todos, foi um marco importante nesse processo. A partir daí, políticas públicas mais específicas começaram a ser desenvolvidas, buscando assegurar a participação plena e efetiva de estudantes com deficiências no ensino regular (Ribeiro; Silva; Martínez, 2021).

Nos anos seguintes, diversas legislações específicas reforçaram o compromisso do país com a inclusão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, já apontava a necessidade de adaptação do sistema educacional para atender à diversidade dos alunos. No entanto, foi a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que consolidou de forma mais clara o modelo inclusivo, indicando que a educação não deveria ser uma prática excludente, mas sim uma via de acesso universal aos saberes, respeitando as diferenças de cada aluno (Rosa; Lima, 2022).

O papel do Estado na implementação dessas políticas é decisivo. A oferta de recursos materiais, pedagógicos e humanos adequados, como professores especializados, intérpretes de libras, tecnologias assistivas e adaptações arquitetônicas nas escolas, são algumas das ações necessárias para garantir a inclusão. Além disso, os sistemas de avaliação e os currículos escolares precisam ser flexíveis, para que os alunos com necessidades específicas possam desenvolver seu potencial de maneira plena, dentro de um ambiente que favoreça sua aprendizagem (Silva, 2022).

A legislação brasileira tem avançado em termos de garantias jurídicas, mas, apesar disso, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios significativos. Em muitos contextos, a falta de preparação dos professores, a escassez de recursos e a resistência cultural à inclusão escolar continuam a ser obstáculos que dificultam a aplicação plena dessas políticas. O ideal de uma educação inclusiva depende não apenas de normas legais, mas também de um comprometimento social e de uma mudança cultural que



valore a diversidade e compreenda a inclusão como um direito de todos, e não como um favor concedido (Senna; Santos; Lemos, 2020).

Outro ponto importante é o papel das famílias e das organizações sociais no processo de inclusão. O envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos com necessidades específicas é fundamental, pois elas são as maiores defensoras dos direitos de seus filhos e podem colaborar na construção de soluções práticas para as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Além disso, as organizações da sociedade civil desempenham um papel importante no monitoramento e na defesa dos direitos dos estudantes, pressionando por melhorias nas políticas públicas e na implementação das leis (Maia et al., 2022).

Portanto, a educação inclusiva no Brasil é um desafio multifacetado, que exige esforços conjuntos de governo, sociedade e instituições educacionais. A implementação de políticas públicas adequadas, aliada ao fortalecimento de mecanismos jurídicos de proteção, é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam usufruir de uma educação de qualidade. O objetivo desta pesquisa é analisar as principais políticas públicas e os mecanismos jurídicos que têm sido adotados no Brasil para promover a inclusão escolar, identificando seus avanços, desafios e as possíveis soluções para superar as barreiras existentes.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa sobre Educação Inclusiva: Políticas Públicas e Mecanismos Jurídicos para a Promoção da Inclusão nas Escolas foi realizada com um enfoque exploratório, com o objetivo de investigar as políticas públicas e os mecanismos jurídicos que promovem a inclusão escolar de alunos com deficiências, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras necessidades específicas.

### 2.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi de natureza exploratória, pois buscou compreender de maneira preliminar as políticas públicas e os dispositivos legais que orientam a inclusão escolar no Brasil, assim como identificar os avanços e os desafios enfrentados na implementação dessas medidas. O tipo exploratório foi escolhido para possibilitar um mapeamento das experiências e dos contextos relacionados à educação inclusiva, sem a necessidade de aprofundar-se em hipóteses causais específicas. Quanto à abordagem, tratou-se de uma abordagem qualitativa, tendo em vista a necessidade de compreensão das significações dos entrevistados (Lima et al., 2020; Lima; Domingues Junior; Gomes, 2023; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Domingues Júnior; Silva, 2024; Lima; Silva; Domingues Júnior, 2024).



## 2.2 AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por 25 profissionais da área da educação, sendo 15 professores da educação básica e 10 gestores educacionais. Esses profissionais foram selecionados de forma intencional, com base na experiência prática com alunos em processos de inclusão escolar, para fornecer uma visão representativa dos desafios e das percepções sobre a implementação das políticas de inclusão nas escolas.

## 2.3 INSTRUMENTO DE PESQUISA

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário semi estruturado, que possibilitou a coleta de dados qualitativos. O questionário continha perguntas abertas e fechadas, abordando temas como: a percepção dos profissionais sobre a efetividade das políticas públicas, os principais desafios enfrentados para promover a inclusão escolar, as necessidades de formação continuada dos professores, e a adequação dos recursos materiais e pedagógicos oferecidos nas escolas.

## 3 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados revelou que a maioria dos participantes reconhece a importância das políticas públicas para a promoção da educação inclusiva, mas também destacou diversas dificuldades práticas na sua implementação. Muitos profissionais afirmaram que a legislação brasileira é abrangente e propõe diretrizes claras para a inclusão escolar, entretanto, ainda existe uma distância significativa entre o que é previsto nas normas e o que acontece nas escolas.

Segundo o respondente E03, professor do ensino fundamental, “a legislação é muito bonita no papel, mas na prática faltam recursos, faltam profissionais especializados e falta formação para que possamos atender realmente todos os nossos alunos.” Esse depoimento é reforçado pela percepção de E08, gestor escolar, que afirmou: “muitas escolas não têm infraestrutura adequada, como rampas, banheiros adaptados ou materiais de apoio, o que compromete seriamente a inclusão.”

Outro ponto relevante foi a percepção de que a formação inicial dos professores ainda é insuficiente para lidar com a diversidade na sala de aula. De acordo com E11, professora da educação infantil, “os cursos de licenciatura abordam pouco a educação inclusiva. Quando começamos a trabalhar, nos sentimos despreparados para atender alunos com deficiências específicas.” E17, gestor educacional, complementou: “investir na formação continuada dos professores deveria ser prioridade número um.”

Os participantes também apontaram que os recursos pedagógicos disponíveis nas escolas públicas são limitados e, muitas vezes, inadequados. Segundo E04, “é muito raro termos acesso a materiais adaptados. Muitas vezes, nós mesmos precisamos improvisar, o que gera frustração e

sentimento de impotência.” E14 relatou que “a falta de tecnologia assistiva é uma realidade dura, especialmente em escolas da periferia.”

No que diz respeito ao apoio especializado, muitos entrevistados destacaram que faltam profissionais como intérpretes de Libras, professores de apoio e psicopedagogos nas escolas. O depoimento de E07 ilustra essa lacuna: “temos uma professora de apoio para toda a escola. É humanamente impossível dar suporte adequado para todos os alunos que precisam.” E20, gestor de uma escola pública, acrescentou: “a contratação de profissionais especializados é um investimento necessário que ainda não é tratado com a devida urgência.”

Sobre o conhecimento das políticas públicas, os relatos indicaram que os profissionais têm familiaridade com documentos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008. No entanto, muitos apontaram a necessidade de atualização dessas políticas para acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas recentes. E09 afirmou que “muitas políticas são importantes, mas precisam ser revistas e ampliadas para considerar novas necessidades que surgiram com o tempo.”

Em relação ao envolvimento da comunidade escolar, os depoimentos mostraram uma percepção mista. De um lado, alguns profissionais reconhecem avanços no diálogo com as famílias, mas, por outro lado, ainda existem resistências. E05 relatou: “algumas famílias não aceitam a inclusão de alunos com deficiência na turma de seus filhos, o que gera conflitos e preconceitos.” E12 complementou: “há uma necessidade urgente de trabalhar a conscientização da comunidade escolar como um todo.”

A questão da adaptação curricular também foi abordada com destaque pelos participantes. Muitos afirmaram que realizam adaptações para alunos com necessidades específicas, mas, na maioria das vezes, de forma improvisada e sem orientações claras. E01, professora do ensino médio, declarou: “a gente faz adaptações baseadas no bom senso, porque não há diretrizes específicas ou suporte pedagógico contínuo.” Esse cenário é agravado, segundo E15, pelo excesso de alunos por turma, o que dificulta o atendimento individualizado.

Sobre as barreiras arquitetônicas, os relatos indicaram que poucas escolas estão totalmente adaptadas. E13 lamentou: “temos uma rampa, mas o acesso ao banheiro continua impossível para cadeirantes.” Já E21 observou: “muitas adaptações são feitas apenas para cumprir a legislação, sem considerar de fato a necessidade dos estudantes.”

A avaliação dos mecanismos jurídicos mostrou que a maioria dos participantes reconhece a importância de legislações como a LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Contudo, E16 salientou que “ter leis não garante a prática, porque sem fiscalização e sem punição para os descumprimentos, a legislação vira letra morta.”

A atuação de órgãos como o Ministério Público e as Defensorias Públicas foi apontada por vários respondentes como essencial para garantir o cumprimento dos direitos dos alunos. Segundo E06, “às vezes só conseguimos a matrícula ou o atendimento especializado depois de intervenção judicial.” E19 acrescentou: “as famílias precisam muitas vezes buscar a Justiça para garantir direitos que já deveriam ser respeitados naturalmente.”

Outro aspecto bastante citado foi o peso da burocracia para implementar ações de inclusão. E10 mencionou que “os processos para contratar profissionais ou adquirir materiais são lentos e complexos, o que impede respostas rápidas às necessidades dos alunos.” Essa visão é compartilhada por E22, gestor escolar, que reforçou: “falta autonomia administrativa para as escolas resolverem problemas pontuais de inclusão.”

Em relação aos avanços conquistados, vários participantes reconheceram que houve melhorias importantes nas últimas décadas, especialmente em termos de visibilidade do tema inclusão. E02 afirmou que “hoje, pelo menos, a inclusão é pauta nas escolas e nas políticas públicas, o que já é um grande avanço em comparação com o passado.” E18 acrescentou que “há mais diálogo e mais abertura para discutir e propor melhorias, embora ainda falte muito.”

Quando questionados sobre os principais desafios para os próximos anos, muitos profissionais destacaram a necessidade de ampliar o investimento em formação continuada, melhorar a infraestrutura das escolas e fortalecer as políticas públicas de inclusão, tanto nas normas quanto na prática. E23 comentou: “precisamos sair da teoria e colocar a inclusão realmente em prática, com condições reais de trabalho para os professores e atendimento digno para os alunos.”

Outro desafio muito mencionado foi a necessidade de mudança de cultura dentro das escolas. Para E24, “não adianta ter rampa e intérprete se a mentalidade ainda for excludente. A inclusão precisa ser uma cultura viva na escola, e não apenas um protocolo para cumprir lei.” Nesse sentido, programas de conscientização, palestras e formações integradas foram apontados como estratégias fundamentais.

Sobre a participação dos estudantes na promoção de um ambiente inclusivo, alguns relatos mostraram otimismo. E25 destacou que “os próprios alunos, em geral, são muito mais abertos à diversidade do que os adultos. Eles ensinam a gente a incluir de maneira mais natural.” Essa percepção sugere que investir na formação dos alunos como agentes de inclusão pode ser uma estratégia eficaz para consolidar práticas mais humanizadas nas escolas.

Os relatos também evidenciaram que o envolvimento das famílias continua sendo um ponto central para o sucesso da inclusão. Segundo E17, “quando a família participa, acompanha e dialoga com a escola, tudo fica mais fácil para o aluno. A parceria escola-família é essencial.”

A pesquisa demonstrou que, apesar das inúmeras dificuldades relatadas, existe um forte compromisso dos profissionais da educação com a promoção de uma escola mais inclusiva. Muitos se



mostraram abertos à aprendizagem contínua e motivados a superar os obstáculos diários em nome do direito à educação para todos.

Assim, conclui-se que as políticas públicas e os mecanismos jurídicos são ferramentas indispensáveis para garantir a educação inclusiva, mas que a efetividade dessas medidas depende de investimentos constantes, mudanças estruturais e de uma cultura escolar que verdadeiramente valorize a diversidade e os direitos humanos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa sobre Educação Inclusiva: Políticas Públicas e Mecanismos Jurídicos para a Promoção da Inclusão nas Escolas evidenciou que, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão escolar se consolide de forma plena e efetiva. Os relatos dos professores e gestores participantes revelaram que a legislação existente é reconhecida como um marco importante, mas sua aplicação prática encontra obstáculos significativos nas realidades escolares.

Entre os principais desafios apontados estão a insuficiência de recursos materiais e pedagógicos adaptados, a carência de profissionais especializados para apoio aos alunos com necessidades específicas e a fragilidade na formação inicial e continuada dos docentes para trabalhar com a diversidade em sala de aula. A infraestrutura física das escolas, em muitos casos, também ainda não atende de maneira adequada às exigências de acessibilidade, limitando o pleno exercício do direito à educação inclusiva.

A pesquisa revelou também que, além dos aspectos materiais, questões culturais continuam a ser um entrave para a efetividade da inclusão. A resistência de parte da comunidade escolar, o preconceito e a falta de conscientização sobre a importância da convivência com a diversidade foram aspectos destacados pelos participantes. Assim, ficou claro que a construção de uma escola inclusiva exige não apenas mudanças estruturais, mas também transformações profundas nas mentalidades e nas práticas cotidianas.

Os relatos dos participantes mostraram que o envolvimento das famílias e a atuação de órgãos de defesa dos direitos, como o Ministério Público e as Defensorias Públicas, desempenham papéis fundamentais na efetivação da inclusão, muitas vezes sendo necessários para garantir o cumprimento de direitos básicos dos alunos. No entanto, o ideal é que a inclusão ocorra de forma natural, como parte da cultura escolar, sem necessidade de judicialização.

Apesar das dificuldades relatadas, a pesquisa também evidenciou sinais positivos e avanços, como o maior espaço dado à discussão sobre inclusão nas escolas, a maior visibilidade do tema nas políticas públicas e o crescente comprometimento de muitos profissionais da educação com a causa



inclusiva. A disposição para adaptar práticas, buscar formação e lutar por melhores condições de ensino demonstra que há um movimento real em direção a uma educação mais justa e democrática.

Diante dos dados analisados, conclui-se que o fortalecimento da educação inclusiva depende da integração de esforços em várias frentes: investimento contínuo em formação docente, ampliação dos recursos pedagógicos e tecnológicos, adaptação das estruturas físicas das escolas e, principalmente, da promoção de uma cultura escolar que valorize o respeito às diferenças e o direito de todos à aprendizagem. O sucesso das políticas públicas e dos mecanismos jurídicos depende, em última instância, da capacidade da sociedade e das instituições educacionais de transformar princípios legais em práticas concretas, humanizadas e efetivamente inclusivas.



## REFERÊNCIAS

LIMA, L. A. de O. et al. The Importance Of Integrating Pedagogical Strategies And Family Support For The School Inclusion Of Autistic Students: A Systematic Review. **Journal of Business and Management (IOSR-JBM)**, v. 25, n. 12, 2023.

LIMA, L. A. O. et al. Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

Lima, L. A. O., Domingues Júnior, P. L., & Silva, L. L. (2024). Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, 17(1), 34-47. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L ; SILVA, R. T. . Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality of Três Rios/RJ, Brazil. **International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)**, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

LIMA, L. A. O; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recapre.v14i2.60020>

MAIA, N. et al. Tecnologia assistiva, educação especial e a pandemia da Covid-19: A necessidade da continuidade do suporte em tempos de isolamento social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 13, n. 2, p. 257-265, 29 ago. 2022.

RIBEIRO, L. L.; SILVA, R. M.; MARTÍNEZ, S. A. Balanço da produção científica sobre a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2010-2020). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.37, 2021.

ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, e270026, 2022.

SENNA, M.; SANTOS, M. P.; LEMOS, L. M. B. A participação da sociedade e o caso da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: refletindo sobre a formação de professores. **RevistAleph**, (34), 2020.

SILVA, Maria Gonçalo da. DIVERSIDADE CULTURAL NAS ESCOLAS. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 208–222, 2022.